

OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR NA GARANTIA DO ENSINO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) EM UMA ESCOLA ESTADUAL DA REGIÃO METROPOLITANA NORTE DO RECIFE

LÉIA MARIA ALVES DE SANTANA¹

NATÁLIA LOURENÇO DA SILVA²

FERNANDA DA COSTA GUIMARÃES CARVALHO³

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os desafios encontrados pela gestão de uma escola pública para a garantia do ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Diante disso, foram traçados objetivos para investigar as dificuldades enfrentadas por gestores e educadores de uma escola estadual na Região Metropolitana Norte do Recife. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual foi realizada a revisão da literatura, com o objetivo de aprofundar o entendimento a propósito da gestão democrática, e uma pesquisa de campo. Os principais referenciais teóricos foram Ventura (2001), Romão (2007) e Santos (2011). Esses autores oportunizaram um maior aprofundamento a propósito da gestão democrática e a importância da participação de todos na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Na coleta de dados, a pesquisa de campo foi vivenciada em duas etapas: análise do Projeto Político Pedagógico da instituição, e entrevistas. Os sujeitos das entrevistas foram o gestor da escola e dois professores em exercício da EJA. Constatamos, a partir dos dados analisados, a relevância dessa modalidade para a garantia da educação de alunos que não tiveram acesso na idade regular à educação básica. Os resultados da pesquisa mostraram também que a EJA vem sendo executada com compromisso e com a qualidade, contudo, verificamos a necessidade de mais participação no que se refere à gestão democrática, principalmente em relação à integração dos estudantes, além da elaboração de projetos que agreguem ainda mais a participação efetiva dos alunos da referida modalidade.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Qualidade na educação; Gestão Democrática; Participação.

ABSTRACT

The present research aims to analyze the challenges faced by the management of a public school in ensuring the education of Youth and Adult Education (EJA). Consequently, objectives were set to investigate the challenges encountered by managers and educators at a state school in the Northern Metropolitan Region of Recife. This is a qualitative research study. A literature review was conducted to deepen our understanding of democratic management. Data collection involved field research, carried out in two stages: analysis of the institution's Political-Pedagogical Project, and interviews. The interview subjects were the school manager and two active EJA teachers. From the analyzed data, we found the importance of this modality in guaranteeing the education of students who did not have access to basic education at the regular age. The research results also showed that EJA is being executed with commitment and quality. However, we observed the need for more participation concerning Democratic Management, particularly regarding the integration of students, in addition to the development of projects that further promote the effective participation of students in this modality. Our main theoretical references were Ventura (2001), Romão (2007), and Santos (2011). These authors provided a deeper understanding of democratic management and the importance of everyone's participation in Youth and Adult Education (EJA).

Keywords: Youth and adult education; Democratic management; Participation; Educational management.

¹ Concluinte de Pedagogia - Centro de Educação - UFPE. Email: leia.santana@ufpe.br

² Concluinte de Pedagogia - Centro de Educação - UFPE. Email: natalia.lourenco@ufpe.br

³ Professor(a) do Departamento - Centro de Educação - UFPE. Email: fernanda.carvalho@ufpe.br

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os desafios encontrados pela gestão na garantia do ensino de qualidade na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola estadual da Região Metropolitana Norte do Recife. O tema é de extrema importância para refletir sobre a realidade dessa modalidade das unidades públicas de ensino. Tomamos como base as seguintes normativas: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996), Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988), por parecer CNE/CEB nº 11/2000, aprovado em 10 de maio de 2000 (Brasil, 2000a); e na Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000b). Esses instrumentos reforçam a garantia da igualdade e acesso de reintegração de jovens e adultos a essa modalidade de educação.

Para o aprofundamento do nosso entendimento sobre gestão tratamos primeiramente com Ventura (2001), quando ele nos fala que a EJA é uma política educacional inclusiva de extrema relevância para o processo de democratização do ensino básico brasileiro e acaba por ser um desafio para a gestão das escolas públicas. Por exemplo, a participação efetiva de todos os sujeitos envolvidos nesse processo ainda é um desafio a ser enfrentado. Um dos principais obstáculos na participação efetiva dos estudantes na gestão democrática da EJA é a compreensão das normas e regras que regem o processo.

Nesse sentido destacamos Romão (2007), quando traz em seu discurso a importância da participação desses atores ao afirmar que a gestão democrática na EJA necessita de sujeitos envolvidos com a participação e o diálogo, e que são capazes de viabilizar a construção coletiva do conhecimento.

Nosso propósito foi compreender como a instituição analisada instituía e constituía a gestão no ensino da EJA em seu cotidiano. Vale salientar que a escola fica localizada no município de Abreu e Lima, no bairro de Caetés III, e atende estudantes das modalidades de Ensino Fundamental Semi integral, Ensino Fundamental 9º ano, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O interesse em abordar esse tema partiu das nossas vivências em escolas públicas, trabalhando voluntariamente na parte administrativa escolar e acompanhando de perto como funcionava a gestão na EJA, que assim como outras modalidades de ensino, tem seus limites e possibilidades que precisam ser analisados no que se refere à gestão escolar. A escolha da escola foi baseada no desejo em realizar a pesquisa em uma instituição escolar da Região Metropolitana Norte do Recife, visto que na maior parte das pesquisas acadêmicas, se tem um maior entusiasmo em conhecer a realidade das escolas da região central.

A pesquisa realizada é de caráter qualitativo e foi desenvolvida a partir de uma pesquisa de campo. No primeiro momento, nosso propósito foi analisar o Projeto Político Pedagógico da instituição, identificando as proposições relacionadas às práticas político-pedagógicas na EJA. E no segundo momento, identificar os principais desafios enfrentados pela gestão na oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a partir de entrevistas semi estruturadas com o gestor e dois professores em exercício da EJA.

A gestão na escola é definida por Santos (2011) como uma função que não se resume na simples execução administrativa das atividades incumbidas nesse ambiente para cumprir o objetivo de ensinar. Para a autora, a gestão não só compreende o processo de trabalho cuja finalidade é garantir a oferta educativa aos educandos, mas se entrelaçando com um novo modelo de trabalho escolar que prioriza, a partir da elaboração de planejamentos, atividades que incluam participação democrática de todos os públicos de interesse no processo de ensino-aprendizagem. O estudo é essencial para entendermos as dificuldades, limites e possibilidades dentro do contexto escolar da EJA, principalmente no que se refere ao estímulo da gestão e o trabalho dela dentro dessa modalidade de ensino, tendo como prioridade a sua evolução, crescimento e ampliação.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Gestão Democrática na Educação

A definição de gestão escolar no âmbito público não é definida apenas como um conjunto de processos, mas como um conceito que deve ir além das dimensões da organização. “O conceito adequado deve ir além da dimensão da organização, visto que esse significado traz consigo o risco de que a gestão torne-se um fim em si mesma, desconectada dos resultados que produz” (Brasil, 2012, p,7). Percebe-se, portanto, que a gestão pública no geral é composta por processos que ajudam a organizar as ações erguidas pelas pessoas para alcançar determinado resultado.

Segundo Lück (1996), o entendimento do conceito de gestão já se pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas, analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto. Isso porque o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes pelo trabalho associado, mediante reciprocidade, que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva. Como característica desse modelo de Gestão temos: A participação, o diálogo e a discussão

se baseando numa forma coletiva de gestão em que as decisões são tomadas por todos e não por uma só pessoa. Vale salientar, contudo, que o modelo de gestão não está dissociado da ausência de responsabilidade e de direção. Uma vez que são tomadas as decisões em coletividade com os membros, cada um deles deve assumir a sua parte no trabalho e que haja, também, uma ação coordenada e controlada por parte da gestão para operacionalização das deliberações. Esse conceito é o que Libâneo, Oliveira e Toschi (2003) chamam de “Gestão Participativa”. Segundo Fialho e Reis (2007) a gestão escolar também se direciona ao avanço de processos voltados no que se deve atingir resultados da promoção de ensino, para crianças, jovens e adultos.

Dentro deste mesmo tema vemos que Lück (1996) reforça que a Gestão escolar é um processo com destaque para o papel do diretor, que além de ter atribuições destinadas a essa função como administrador, relaciona essa função no contexto da educação de pessoas. A autora traz também as principais características dessa área que são: o planejamento, a organização de processos, a liderança, as atividades de coordenação e de monitoramento de setores, além de orientação aos profissionais e alunos na intenção de efetivar o processo formativo dos educandos.

Ainda segundo Lück.

A gestão escolar, como área de atuação, constitui-se, pois, em um meio para a realização das finalidades, princípios, diretrizes e objetivos educacionais orientadores da promoção de ações educacionais com qualidade social, isto é, atendendo bem a toda a população, respeitando e considerando as diferenças de todos os seus alunos, promovendo o acesso e a construção do conhecimento a partir de práticas educacionais participativas, que fornecem condições para que o educando possa enfrentar criticamente os desafios de se tornar um cidadão atuante e transformador da realidade sociocultural e econômica vigente, e de dar continuidade permanente aos seus estudos (Lück, 1996, p.23).

A gestão escolar vai muito além de um conceito administrativo que apenas contempla o trabalho de direção nas escolas. Mas é também desenvolvida a partir do respeito aos princípios e diretrizes que contribuem para a formação de um cidadão, potencializando os meios para que o ensino seja executável de maneira assertiva com o objetivo na formação do sujeito. É importante também ressaltamos a importância da Constituição, que traz a legislação que permeia tanto a gestão, como a gestão escolar Promulgada em 1988, estabelece que os processos de gestão no ambiente nacional devem acontecer de maneira democrática fazendo com que seja efetivado o que se prioriza o Estado Democrático de Direito (EDD).

Na constituição de 1988 no artigo 206, inciso VI, podemos ver como é priorizada a Gestão Democrática, assim como na LDBE/1996 que no seu artigo 14 destaca que os

sistemas de ensino tenham normas pautadas na participação democrática tanto da comunidade escolar quanto da comunidade local e outros relacionados (Brasil, 1996). Vemos a importância dessas leis no que se refere a uma gestão positivada e com avanços para a garantia de uma gestão mais democrática.

2.2. Gestão Democrática marcos legais

Um dos maiores avanços estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 foi a garantia da gestão democrática do ensino público. O artigo 206 da Constituição traz princípios referentes à transmissão do ensino nas redes escolares, possibilitando a adoção de critérios para a participação da população dentro das unidades escolares. A constituição de 1988 no artigo 206 apresenta em alguns de seus incisos que:

- Art. 206 – O ensino será ministrado dentro dos seguintes princípios:
- I – Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
 - II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
 - III – Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - IV – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 - V – Valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
 - VI – Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
 - VII – Garantia de padrão de qualidade (Brasil, 1988, p. 29).

Observamos com clareza que a partir do inciso VI deste artigo da constituição de 1988, a gestão democrática do ensino público foi formalizada e é um grande avanço para a história desse modelo de gestão na educação pública nacional. No entanto, é fundamental não perder de vista que “a garantia de um artigo constitucional que estabelece a gestão democrática não é suficiente para sua efetivação” (Oliveira, 2007, p.95).

No ano de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) (Brasil, 1996), ratificou o princípio em pauta, porém reforçando o que já havia sido posto na Constituição Federal de 1988, a lei foi promulgada em 20 de dezembro de 1996, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Em seu terceiro artigo a LDB/96 elenca 11 incisos, sendo 8 deles cópias exatas dos dispositivos constitucionais neles indicados.

O Art. 3 traz em suas disposições:

- Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – Valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – Gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX – Garantia de padrão de qualidade;
- X – Valorização da experiência extra-escolar;
- XI- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (Brasil, 1996, p. 1-2).

A gestão democrática garante a qualidade em todos os níveis, possibilitando formar pessoas críticas e participativas, sendo assim, tal qual a Constituição Federal de 1988, a LDB/96 determina o modelo de gestão sendo um dos princípios de regimento para o ensino público. Brandão (2007, p.25-26) traz que a LDB: “além de restringir o alcance do princípio da gestão democrática apenas ao ensino público, a LDB/96 – que deveria regulamentar tal princípio constitucional – acaba por postergar a sua efetivação ao remeter para os sistemas de ensino tal tarefa, mediante o emprego das expressões “na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.” A lei também ineditamente vem dispensar no seu artigo 12, uma particular atenção à gestão escolar, detalhando suas incumbências.

Art. 12 e suas incumbências.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I - Elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III-Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII - Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica (Brasil, 1996, p.6).

Segundo a LDB (Brasil, 1996), a elaboração e posterior execução de uma proposta pedagógica, é a primeira e principal das atribuições da escola, devendo sua gestão orientar-se para tal finalidade. A proposta pedagógica é o norte da escola, definindo caminhos e rumos que determinada comunidade busca para si e para aqueles que se agregam em seu entorno.

Conforme Vieira (2006), cabe à escola a decisão de como vai gerir seu patrimônio imaterial (pessoas, ideias e cultura produzidas no seu interior). Material tais como: instalação, prédio, livros, equipamento e laboratório. Para Freitas et. al. (2018, p. 5), “a gestão educacional pode ser entendida como o gerenciamento da escola em todas as suas facetas,

partes constituintes e finalidades”. Os autores apontam que a autonomia das escolas é fundamental para o oferecimento de uma educação de qualidade, sendo a autonomia de trabalho e de gestão e, inclusive, de docência, essencial/imprescindível para a construção de uma educação de qualidade.

2.3. Educação de Jovens Adultos (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de Educação Básica garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB9394/96) e pela Constituição Federal de 1988. Segundo o Ministério da Educação, essa modalidade tem como desafio resgatar o compromisso histórico da sociedade brasileira de contribuir para a igualdade de oportunidades, para inclusão e para a justiça social (Brasil, 2006). Esse modelo de ensino, desde o seu surgimento, vem passando por vários desafios para conseguir se manter ativa, e proporcionar uma educação progressiva e eficaz. Por possuir um nível de ensino que atende jovens e adultos que, por algum motivo, não conseguiram se escolarizar durante a idade escolar, essa modalidade de ensino nem sempre é atendida da melhor forma pelos órgãos responsáveis, mesmo essa sendo uma modalidade formal e assegurada pela Constituição Brasileira.

A EJA passou por várias transformações desde a constituição brasileira de 1934, que a garantiu como política educacional gratuita, várias portarias, resoluções e lei vigentes asseguram a efetivação da modalidade, desde sua oferta até o processo de formação docente. Essas leis também garantem o subsídio necessário para sua execução.

A EJA é uma das respostas a um direito social – educação - que não foi garantido a uma parte da população. Ela se faz notável no país desde a época de colonização, desde a chegada dos portugueses, no século XVI, "a educação é utilizada e apropriada pelos jesuítas como ferramenta de instrução para a catequização de crianças e adultos indígenas" (Rosário; Melo, 2015).

A Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. A Portaria Nº 2.080, de 13 de junho de 2005 - Estabelece, no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, as diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional de forma integrada aos estudantes cursos de ensino médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

É um dos objetivos da EJA ensinar o jovem e adulto a desenvolver suas percepções de mundo. Isso pode ser feito por meio de diálogos, questionamentos, são ações e projetos que visam aperfeiçoar e como foco central no bem-estar da vida em questão, desse modo, há uma aprendizagem de qualidade. Se a escola não se preocupa com as adaptações dos mundos dos alunos ela se torna uma armadilha que coloca o jovem em risco, fazendo a manutenção das desigualdades, tirando a possibilidade de sua mudança para que tenha um futuro melhor, não tão diferente de muitos que vieram antes deles em sua própria família.

É imprescindível compreender que a Educação é uma ferramenta essencial para o exercício crítico da cidadania e a emancipação humana dos educandos(as), devendo garantir a aquisição de saberes para além da alfabetização. Constatase que apesar dos dispositivos legais, caminharem no sentido de garantir e conferir aos discentes a efetivação dos objetivos da educação democrática e cidadã, não se tem conhecimento sobre sua materialização com qualidade em muitas escolas brasileiras.

Freire (1990, p. 20) destaca que: “se a educação deve atuar de outra maneira que não como instrumento de opressão, ela deve ser concebida como uma pedagogia do saber, uma ação cultural para a liberdade”. Somente assim as práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos poderão contribuir para a construção do conhecimento, da diversidade, do respeito às diferenças culturais. Desse modo, a escola deve incentivar trabalhos que valorizem as diferentes identidades dos educandos, buscando os princípios de promoção da interculturalidade.

O Brasil possui uma grande diversidade cultural, contudo nossa sociedade é marcada pelas desigualdades: racial, social, cultural, econômica e educacional. A diversidade brasileira é revelada pelas tensões, conflitos, pelas desigualdades existentes entre ricos e pobres, brancos, negros e indígenas, homens e mulheres e os que historicamente desfrutam de privilégio e podem exercer plenamente sua cidadania e aqueles que sistematicamente são discriminados e postos às margens da sociedade.

Para Freire (1990), é significativo que o educador tenha uma ação reflexiva a partir do intercâmbio de experiências e ações colegiadas para que seja realizada a crítica necessária à prática pedagógica, ao ensino, à aula. Zabala (2000, p.14), destaca que: “provavelmente a melhoria de nossa atividade profissional, como todas as demais, passa pela análise do que fazemos, de nossa prática e do contraste com outras práticas”. Desse modo, o intercâmbio de experiências entre os professores nos parece relevante para desencadearmos na escola, na sala de aula da EJA, a prática reflexiva. Somente a partir de processos reflexivos, interativos,

poderemos compreender o que é que os professores fazem com os estudantes, como eles aprendem e transformam em realidade.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os desafios encontrados pela gestão de uma escola pública na garantia do ensino de qualidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA). As modalidades de ensino da escola na qual a pesquisa foi realizada estão divididas nas seguintes descrições:

1. Ensino Fundamental Semi integral: 6º Anos e 7º Anos;
2. Ensino Fundamental Anos Finais: 8º Anos e 9º Anos;
3. Educação de Jovens e Adultos: Módulo 8;
4. Novo Ensino médio: 1º, 2º (Com carga horária 35 horas semanais) e 3º Ano (Com carga horária de 30 horas semanais);
5. Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental: Módulo VIII;
6. Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio: Módulo 1º, 2º e 3º.

As dependências físicas da instituição são constituídas por: cozinha, secretaria, sala da gestão, sala dos professores, 1 banheiro de funcionários, uma área coberta (pátio onde foi adaptado local para os momentos de refeição dos estudantes), laboratório de informática, biblioteca, 6 sanitários para os estudantes, 3 masculinos e 3 femininos.

Através da revisão de literatura, tivemos o interesse em identificar como a gestão democrática e participativa colabora para melhoria de indicadores educacionais na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A abordagem qualitativa realizada na pesquisa, é de cunho exploratório, através da pesquisa de campo em uma Escola Estadual, localizada na Região Metropolitana Norte do Recife. Para André (2013):

As abordagens qualitativas de pesquisa se fundamentam numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados (André, 2013, p. 97).

Para André (2013), “No estudo de caso qualitativo, que objetiva revelar os significados atribuídos pelos participantes ao caso investigado, a entrevista se impõe como uma das vias principais”. Levando em consideração essa afirmação do autor, os principais aspectos levantados nas entrevista foram: Como se deu o processo de formação dos entrevistados (áreas de especialização); O que despertou o interesse pelo cargo; Como foi a

forma de ingresso no cargo vigente; O que se compreende como gestão democrática; Quais as principais dificuldades encontradas na gestão da EJA, tanto na gestão, quanto na docência; Como é a relação da gestão com os demais funcionários (professores, coordenadores etc.); e como ocorre a participação dos alunos da EJA em seu processo de escolarização.

A pesquisa qualitativa, em linhas gerais, preocupou-se com aspectos da realidade que não podem ser reduzidos à mera quantificação, levando em conta a compreensão da dinâmica das relações sociais que se desenvolvem em um determinado lugar. Por esse motivo, considera-se como essencial para o presente artigo a aproximação com a realidade a ser pesquisada e analisada. Para Silveira e Córdova (2009, p.33), “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”.

De acordo com Villela e Guimarães (2003), existem vários tipos de instrumentos que podem ser utilizados para se colher o diagnóstico escolar, onde muitas vezes pode ocorrer a combinação de dois ou mais procedimentos, com o intuito de uma obtenção de dados mais precisa e com riqueza de informações. Dessa forma, foram realizadas análise documental e entrevistas com o gestor e 2 professores, os quais foram caracterizados ao longo da pesquisa como Professor 1 e 2, tendo como principal objetivo identificar se as práticas descritas no ppp da instituição dialogavam com as relatadas em situação de entrevista. Nosso principal desafio foi verificar se de fato, as práticas pedagógicas instituídas possibilitam a oferta de uma educação dialógica, participativa e de qualidade. Apresentaremos a seguir a nossa análise dos dados coletados.

Em um primeiro momento, nosso propósito foi analisar o Projeto Político Pedagógico da instituição, identificando as proposições relacionadas às práticas políticas pedagógicas da EJA, e no segundo momento, identificar os principais desafios da gestão na oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de qualidade.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1. O Projeto Político Pedagógico da instituição e suas proposições para uma oferta de práticas dialógicas e participativas no ensino da EJA

O Projeto Político Pedagógico é o documento que orienta as ações desenvolvidas dentro da escola, relacionando a realidade atual com o que se pretende alcançar, envolvendo questões políticas, administrativas e pedagógicas. É essencial ressaltar que o PPP não pode

ser um material produzido em determinado período e que depois passa a ser esquecido. Por se tratar de um documento norteador, é preciso que se tenha seu constante acompanhamento, visto que o quadro educacional passa por diversas transformações, e para conseguir alcançar a realidade que se deseja, é necessário que o Projeto Político Pedagógico seja atualizado continuamente.

O PPP da escola na qual foi realizada a pesquisa de campo foi atualizado no ano de 2023. Esse fato foi algo relevante, visto que durante nossa experiência acadêmica, nas instituições as quais foram realizadas pesquisas, esse documento era desatualizado, e por vezes, muitas delas se recusaram a fornecer o PPP, pela razão do mesmo estar com o prazo de atualização ultrapassado. Nesse sentido verificamos no Projeto Político Pedagógico, da escola que:

(...) sendo o resultado de uma construção coletiva, com a participação dos diversos segmentos: Professores, Equipe Gestora, Equipe administrativa, Equipe Técnica Pedagógica, Estudantes, Pais e responsáveis focalizando a transformação da realidade social à qual estão inseridos, presumindo as mudanças da atualidade (Projeto Político-Pedagógico, 2023, p. 5).

Podemos verificar também que o documento foi fundamentado com a participação de toda comunidade escolar, com foco na transformação social. Nesse sentido Ferrari (2011, p. 161) pontua:

Pensar uma construção coletiva remete a superar obstáculos. O “eu” precisa ser substituído pelo “nós”; este processo não deve ser encarado como rápido e simples. Para a participação deixar de ser mera teoria, ela precisa ganhar vida nas ações diárias, consolidando-se como gestão democrática. O grupo precisa ter claro seus ideais de educação e seguir unido, superando as dificuldades que, certamente, surgirão no decorrer do processo e tendo o sonho coletivo como possível de ser alcançado (grifo nosso).

A afirmativa da autora ressalta a importância da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola, já que este existe para assistir às demandas emergentes na realidade escolar. Assim, a atualização sistemática deste documento torna-se tão crucial, pois a cada ano surgem novas requisições e desafios a serem superados e reavaliados e re planejados.

Além disso, em seu PPP a escola também traz que seus princípios estão norteados em uma participação ativa dos discentes, no qual estes são os principais sujeitos em seu processo de ensino e aprendizagem. Essa afirmativa fica evidente quando documento traz que “Outro aspecto relevante, que nos impulsiona, nessa ação pedagógica é a concepção do jovem como fonte de iniciativa, que é ação; como fonte de liberdade, que é opção; e como fonte de compromissos, que é responsabilidade” (Projeto Político-Pedagógico, 2023, p. 24). Com

esses pontos abordados no documento, observou-se que a instituição possui a preocupação em formar sujeitos críticos, que contribuem na transformação de sua realidade. Vejamos o que nos diz o referido documento:

Portanto, para além de uma junção de ideias, cogitações, proposições, este documento situa a organização de nossa instituição, o que corresponde de maneira focal a aspectos do trabalho pedagógico tendo como premissa, a autonomia discente e docente e a democracia (Projeto Político-Pedagógico, 2023, p. 6).

A equipe gestora da escola é formada pelo gestor, gestora adjunta, chefe de secretaria, 2 professores de apoio e pela coordenadora de biblioteca. No que diz respeito ao modelo de gestão adotada pelo quadro gestor, no PPP pudemos observar que a instituição permeia suas práticas no modelo de gestão democrática. Nesse sentido, ao analisarmos o PPP da instituição, procurou-se identificar, fatores que trouxessem exemplos de gestão democrática nas ações exercidas pelos gestores. Em seu PPP a escola ressalta:

(...) temos trilhado o nosso trabalho na preocupação de escutar e valorar os demais partícipes (professores, funcionários, estudantes e pais), a fim de obter um apanhado geral de ideias e sugestões para um melhor desempenho escolar, pois a gestão democrática objetiva o bom aproveitamento institucional. (...) Com a equipe pedagógica também são realizadas reuniões com os professores, para que possamos interagir por área de conhecimento no horário destinado à aula-atividade, reuniões pedagógicas e de Conselho pedagógico. Aproveitamos estes momentos para troca de experiências, tomada de decisões e avaliação do trabalho pedagógico da escola. (PPP, p. 13).

Com isso, conseguimos reconhecer que uma das atividades citadas é a realização de reuniões. Esses encontros são divididos em reuniões quinzenais, nas quais participam a equipe gestora, docentes e professores de apoio, e reuniões periódicas com pais e responsáveis, através de assembleias gerais.

Embora esse posicionamento da escola seja uma das características que visa propiciar a participação da comunidade escolar, sabe-se que tais ações sozinhas não determinam que de fato a gestão democrática esteja sendo efetivamente executada. É no dia a dia que pode-se ter a certeza que o compromisso assumido é pautado em uma visão mais democrática.

No que se refere aos pressupostos pedagógicos exercidos na Educação de Jovens e Adultos, a instituição apresenta uma prática fundada nas diretrizes provenientes da Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação, por meio da Gerência de Normatização do Ensino, respaldada na Lei Federal nº 9.394/96, Instrução Normativa nº 01 de maio de 2021, que Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos

relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Vejamos abaixo tais diretrizes:

Art. 1º Esta Resolução institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos aspectos relativos:

- I – ao seu alinhamento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- II – à Política Nacional de Alfabetização (PNA);
- III – à duração dos cursos e à idade mínima para ingresso;
- IV – à forma de registro de frequência dos cursos, à idade mínima e à certificação para os exames de EJA;
- V – à Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância (EaD);
- VI – à oferta com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida; e
- VII – à flexibilização de oferta, de forma que se compatibilize com a realidade dos estudantes, e o alinhamento da elevação de escolaridade com a qualificação profissional, a serem obrigatoriamente observadas pelos sistemas de ensino, na oferta e na estrutura dos cursos e exames de Ensino Fundamental e Ensino Médio, que se desenvolvem em instituições próprias, integrantes dos Sistemas Públicos de Ensino Federal, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, como também do Sistema Privado.

Art. 2º Com o objetivo de possibilitar o acesso, a permanência e a continuidade dos estudos de todas as pessoas que não iniciaram ou interromperam o seu processo educativo escolar, a oferta da modalidade da EJA poderá se dar nas seguintes formas:

- I – Educação de Jovens e Adultos presencial;
- II – Educação de Jovens e Adultos na modalidade Educação a Distância (EJA/EaD);
- III – Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional, em cursos de qualificação profissional ou de Formação Técnica de Nível Médio;
- IV – Educação de Jovens e Adultos com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida.

Durante a análise documental, verificamos que tais diretrizes são presentes no Projeto Político Pedagógico, contudo referem-se também às outras modalidades de ensino, identificamos que tanto nos pressupostos do Ensino Fundamental Anos Finais, quanto nos do Ensino Médio, trazem objetivos a serem seguidos, norteando uma base de aprendizados dos educandos. Constatamos também que no item que trata sobre a EJA, o PPP apenas apresenta as orientações normativas dessa etapa, deixando registrado que o documento, no que se refere aos fatores que dizem respeito à Educação de Jovens e Adultos da escola, precisam ser explorados de forma mais precisa, pontuando os objetivos e norteando as práticas pedagógicas.

Com isso, enfatizamos a importância do PPP estar pautado na diversidade do perfil dos discentes que fazem parte dessa modalidade de ensino, pois é importante que se leve em consideração as realidades vividas por esses indivíduos, fazendo com que a aprendizagem seja mais significativa. Seguindo esse viés, destacamos que não conseguimos perceber

medidas que tenham como propósito o atender a diversidades da EJA. Assim, observemos o que nos diz Veiga (2009, p. 164):

É necessário que se afirme que o projeto político-pedagógico exige uma reflexão acerca da concepção de educação e sua relação com a sociedade e a escola, o que não deixa de lado uma reflexão sobre o homem a ser formado, as questões vinculadas à cidadania, ao trabalho e à consciência crítica .

Dessa forma, a construção do PPP deve ser pautada na concepção da escola como uma instituição social, a qual possui metas que possibilitem a transformação social. Assim, se faz importante considerar os aspectos sociais que abrange a escola em seu planejamento educacional e criar mecanismos pedagógicos que atendam as necessidades, a diversidade de todas as modalidades de ensino. Contudo, destacamos que o Projeto Político Pedagógico é bem construído e administrado e que contribui de forma efetiva no alcance dos objetivos educacionais da EJA. Porém, a escola que não se preocupa com as adaptações do mundo dos alunos, ela se torna uma armadilha que coloca o jovem em risco, perpetuando as desigualdades, além de tirar a possibilidade de sua mudança, de construção de um futuro melhor.

4.2. Desafios enfrentados pela Gestão e professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A Gestão Escolar possui uma função muito importante e desafiadora dentro da instituição escolar, visto que a escola por ser um local que aproxima os indivíduos, devendo ter como um de seus compromissos as interações sociais. Sendo assim, a gestão escolar é vista como o processo colegiado de organização escolar, na qual deve-se considerar fatores internos, externos e de recursos na hora das decisões.

Com o intuito de conhecermos mais sobre a realidade e principais desafios enfrentados pelo gestor e professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA), realizamos entrevistas com esses profissionais da educação. Inicialmente a entrevista já tinha um roteiro definido, mas como se tratava de um modelo semiestruturado, foram surgindo outros questionamentos e possibilidades de respostas por parte dos entrevistados.

A princípio, abordamos o olhar do gestor sobre a realidade encontrada em sua atuação na EJA. Uma das perguntas iniciais foi a respeito da formação do diretor, pois consideramos importante identificar suas habilitações e saber se este já teve experiências anteriores relacionadas ao âmbito educacional. Nesse sentido, destacamos que o gestor da instituição na

qual a pesquisa foi realizada é formado no curso presencial de Licenciatura em Ciências com habilitação em Matemática, pela Fundação de Ensino Superior de Olinda (FUNESO) e também possui especialização no ensino de Matemática. Tais informações nos possibilitaram constatar que o gestor é da área da educação e possui vivência em sala de aula, conhecendo a realidade escolar na prática.

Quando questionado sobre o que levou o gestor a se interessar pela gestão da EJA, ele relatou que esse desejo surgiu através do trabalho desenvolvido em sala de aula, e com isso foi convidado e conduzido a assumir o cargo. Inicialmente, a forma de ingresso foi por meio de uma indicação, porém o mesmo, em situação de entrevista destacou que posteriormente também passou por uma eleição e processo seletivo para estar na posição atual a qual se encontra. Vejamos o que nos diz a propósito da sua formação e forma de provimento ao cargo:

Sou formado na FUNESO, no concurso de Licenciatura em Ciências, com Habilitação em Matemática de forma presencial, e o processo de ingresso se deu no tradicional vestibular. Também possuo especialização no ensino de Matemática. Meu interesse na gestão ocorreu através do trabalho desenvolvido em sala de aula, onde fui convidado e conduzido ao atual cargo que executo com muito afinco. Inicialmente assumi o cargo por meio de indicação, ficando posterior por eleição e hoje através do processo seletivo e entrevista (Gestor da escola).

Nesse sentido, constatamos que o gestor já passou pelas três formas de ingressos na gestão que mais são empregadas na atualidade. Destacamos que a determinação do responsável por assumir o cargo de gestor escolar é um fator muito importante.

Nas escolas do país, há diversas formas de provimento dessa função, entre elas estão: o concurso público, a indicação política e a eleição. Os candidatos à gestão por meio do concurso público participam de um processo de seleção através de métodos que envolvem provas e análise de títulos. O 1º artigo do Decreto N°55.509, de 11 de outubro de 2023, da Legislação do Estado De Pernambuco que regulamenta as orientações para a seleção do gestor escolar nas unidades escolares estaduais traz que:

Art. 1º A escolha de gestores escolares para todas as unidades escolares da Rede Estadual de Ensino, exceto as Escolas Quilombolas e Indígenas, realizar-se-á mediante processo de seleção organizado na forma deste Decreto, em data e horário fixados pela Secretaria de Educação e Esportes, que será composto por:

- I - apresentação de documentos pessoais, acadêmicos, certidões, diplomas e certificados, conforme art. 4º;
- II - elaboração e apresentação de Plano de Trabalho da Gestão; e
- III - participação em arguição realizada por banca examinadora sobre o plano elaborado.

Embora o concurso público tenha como critérios de seleção as habilidades técnicas dos candidatos, nessa modalidade, não se sabe ao certo se o candidato possui experiência prática. Ele passa a possuir o direito de escolher qualquer escola a qual deseja gerir, o que pode não ser benéfico para a instituição e todos os envolvidos. Além disso, o gestor pode não ter o conhecimento a respeito da comunidade escolar onde irá atuar, podendo trazer dificuldades no desenvolvimento da sua gestão. Na indicação política, a escolha dos gestores é realizada por governadores, prefeitos e outras figuras com representatividade política. Com isso, nem sempre a pessoa escolhida atua na área da educação, e apenas possuindo um diploma superior ela pode passar a exercer essa função. Com a instituição da gestão democrática em escolas públicas, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o modelo de gestão mais defendido como o mais adequado para ser inserido nas instituições escolares é a gestão democrática. Uma das características dessa gestão é o provimento ao cargo gestor através da eleição. Nesse modelo de seleção, o gestor é escolhido através do voto dos diferentes segmentos da comunidade escolar.

Dentre as formas de ingresso ao cargo de gestão citadas pelo diretor, a eleição direta é vista como a mais positiva, ao se pensar nas relações existentes no interior escolar, na medida que esta favorece as relações interpessoais, oportunizando a escolha de sujeitos que fazem parte do quadro funcional da escola, e que conhecem a realidade de perto. Resende (2011) traz em suas pesquisas que a eleição do gestor vem sendo uma das forma de provimento que mais tem proporcionado a democracia dentro das escolas, embora essa não garanta que de fato haja o firmamento de ambientes participativos.

Aires (2009) enfatiza que a atuação na gestão é desafiadora especialmente por esses profissionais da educação não possuírem condições que contribuam em sua gerência, seja em relação às limitações burocráticas existentes, ou se tratando das resistências funcionais e profissionais, que acabam por não viabilizar a interação democrática dos sujeitos no processo de ensino e aprendizagem. Tais obstáculos acompanham a atuação gestora em seu dia a dia. Em uma de suas falas o diretor apresenta que “outra questão é a falta de professores, então tenho que me organizar junto com outros professores”. Esse fato demonstra muitas vezes a falta de comprometimento de alguns profissionais nessa modalidade de ensino, refletindo diretamente na promoção de uma educação de qualidade.

Assim como as demais modalidades da educação onde professores, gestores e coordenadores encontram desafios, a EJA tem suas peculiaridades no que diz respeito às dificuldades, pois trabalha com jovens e adultos, que de algum modo já trilharam sua jornada escolar em outras instituições, seja pela falta de oportunidade para continuar ou até a difícil

escolha entre trabalhar ou manter seus estudos. Polônia e Dessen (2005) apontam como adversidades encontradas na gestão a escassez de subsídios, a ausência de capacitação de gestores e outros profissionais da educação e também a falta da participação de familiares tanto nas ações democráticas, quanto na vida escolar dos estudantes.

Uma das principais dificuldades apresentadas pelo gestor que remete às pontuações dos autores citados acima, é a limitação de recursos pedagógicos e financeiros. O gestor nos informa que “As limitações influenciam diretamente, pois nos limitam em tantos projetos que poderíamos realizar”. Sabe-se que esse problema de escassez de recursos não assola apenas a Educação de Jovens e Adultos, porém essa modalidade ainda não é acompanhada pelos órgãos públicos de forma eficaz e integral, mesmo existindo leis que garantam a permanência da EJA, deixando muitos fatores a desejar. Essa problemática influencia diretamente na promoção da qualidade, pois sem subsídios necessários, os profissionais da educação, sejam eles professores, coordenadores, gestores ou outros partícipes do processo, ficam limitados a exercer seu trabalho apenas com aqueles recursos escassos que possui, tendo que “dar um jeito” para desempenhar seu papel da melhor forma, e não prejudicar os estudantes matriculados.

Um reflexo disso é a preocupação da gestão expressada através do diálogo com o professor 1, no qual o mesmo cita que foi realizado o nivelamento de letramento, para desenvolver habilidades básicas ainda não adquiridas pelos estudantes, e que sempre são elaboradas atividades que contribuam no processo de aprendizagem. Vejamos o que nos diz o gestor da EJA em situação de entrevista:

Sobre o rendimento dos alunos, são desenvolvidas atividades e trabalhos que ajudem o ensino e a aprendizagem. Vou usar o exemplo de uma turma que estava sem ler nem escrever, então preparamos um projeto junto com uma professora que trabalha conosco, separei essa turma de quase 15 alunos para preparamos eles para a alfabetização e foi um sucesso” (Gestor da escola).

No que se refere aos impactos causados pela limitação dos recursos no trabalho da docência, o professor 1 afirma que não há de fato uma verba direcionada à EJA, o que ocorre é a destinação dos recursos para a manutenção da escola, dando uma prioridade para a educação regular. Podemos identificar tais pontos na seguinte fala do professor 1: “não sei te falar com tanta propriedade sobre os recursos, por exemplo, veio kit escolar para todos os alunos, mas vieram pouquíssimos fardamentos, sabemos que a prioridade foi para o aluno do dia, e a verba que vem para a noite, não vem diretamente para a noite”.

Essa condição pontua ainda mais a falta de preocupação com essa modalidade de ensino por parte de instâncias maiores, e aponta um dos motivos para a ausência de recursos e

materiais, visto que a Educação de Jovens e Adultos fica a respaldo dos insumos que “sobram”, podendo não haver materiais suficientes para suprir as necessidades dos estudantes do turno da noite.

Vale ressaltar que o educador menciona a necessidade de alguns aspectos para melhoria na execução do programa da EJA, que se relacionam com as principais dificuldades enfrentadas. Um deles são as ações de incentivo e resgate de alunos que deixaram de frequentar a escola, o que remete à evasão escolar, nossa próxima questão a ser tratada como uma das adversidades encontradas. O gestor faz a seguinte consideração sobre a evasão escolar e o desinteresse dos alunos em sala de aula:

Na pandemia tivemos aulas nas salas virtuais mas muitos tinham dificuldade em acessar as salas do classroom, boa parte não tinha nem acesso a internet, foi bem difícil. Além disso, muitos alunos moram longe aí temos que largar mais cedo, isso dificulta muito o rendimento das aulas. Também tivemos perdas enormes com a pandemia, tanto em relação à evasão escolar, como o aluno que veio com uma defasagem enorme, muitos apenas passaram de série, chegando com muita dificuldade sem saber nem ler e escrever (Gestor da escola).

Outras sugestões apontadas foram a necessidade de investimentos direcionados a essa modalidade e oportunidades de trabalhos para discentes recém formados. Observemos a fala do professor 2 ao ser questionado a respeito das sugestões de melhorias para o programa da eja: “ao meu ver, são necessárias ações de incentivo e resgate dos alunos que deixam de frequentar, investimentos direcionados à EJA, como laboratórios e materiais, e também a oferta de mercado de trabalho para os alunos recém formados”(Professor 2). A fala do docente traz a importância do acompanhamento e criação de ações nesse modelo de ensino, com o propósito de despertar o desejo dos estudantes em continuar no programa, e também apoiar os profissionais que estão na luta diária por melhores condições de trabalho.

De acordo com o que foi visto, a EJA atende diferentes tipos de alunos, sendo de extrema relevância tentar compreender: suas necessidades e os diferentes tipos de sentimentos e inseguranças que acompanham esses sujeitos. Sabemos que a EJA é basicamente composta por um grupo que está afastado da escola a muito tempo e, ao regressarem à sala de aula, trazem consigo inseguranças diversas e uma pluralidade de sentimentos que devem ser devidamente trabalhados, cabendo aos professores e equipe gestora tentar encontrar uma solução para tal, inicialmente conquistando a confiança dos mesmos, que na maioria das vezes não confiam em si e em seu potencial como aluno, devido ao tempo de afastamento da rotina escolar.

Uma das principais características do aluno EJA é sua baixa autoestima, reforçada pelas situações de fracasso escolar, ou seja, a sua eventual

passagem pela escola, muitas vezes marcada pela exclusão e/ou pelo insucesso escolar. Já que seu desempenho pedagógico anterior foi comprometido, esse aluno volta à sala de aula revelando uma auto imagem fragilizada, expressando sentimentos de insegurança e de desvalorização pessoal frente aos novos desafios que se impõem (Brasil, 2006, p. 19).

Nesse sentido, eles em sua maioria apresentam timidez, ansiedade e hesitação diretamente relacionadas à sua capacidade em se desenvolver como aluno e ter uma aprovação no final de cada semestre. Ou seja, o sentimento e preocupação em relação à reprovação é muito grande, impedindo o seu desenvolvimento, além de trazer muitas frustrações em sua ressocialização escolar, e isso automaticamente se internaliza e se intensifica, levando esses alunos a evadirem a escola.

Diferentemente do que está exposto em seu PPP, onde o mesmo não pontua ações ou a promoção de atividades voltadas diretamente para a realidade dos discentes da EJA, foi observado através dos relatos docentes, que a instituição tenta adaptar-se ao cenário desses sujeitos, realizando atividades que propiciem a participação e reflexão sobre o contexto no qual estão inseridos, mesmo que se tenha que utilizar apenas os recursos disponíveis. Vejamos o que o professor 2 cita acerca dessa afirmação:

A gente nota que o público da noite, se fazemos uma aula puramente expositiva, sem nenhuma aula que envolva o dia a dia do aluno, realmente fica uma aula monótona, o aluno vem pra escola de maneira muito automática. Na nossa escola, temos os professores padrinhos, ou seja, cada professor se responsabiliza por uma turma e pelos trabalhos extras com sua turma. Recentemente tivemos o dia da água, pedimos para os professores padrinhos junto com suas turmas que fizessem um cartaz a respeito da economia de água e saneamento, visto que a gente tem o rio Timbó, que por muitos anos era o rio que banhava o município de Abreu e Lima e hoje ele está totalmente poluído, pela ausência de saneamento básico na população. Ou seja, a população de Caetés III, onde fica nossa escola é bem prejudicada por isso, então tem relatos lá de ex alunos e familiares que tomavam banho nesse rio. Fizemos esse projeto e foi muito bom, os alunos participaram bastante, ouvimos muitos relatos da vida dos alunos no quesito desperdício de água e a gente tem certeza que esse discurso chegou às residências dos alunos e causou um certo impacto nas famílias. (Professor 2).

Pode-se observar que, através dessa atividade, a escola buscou trazer um objeto de estudo presente na vida dos estudantes, tornando esse momento significativo. Com isso, os discentes percebem que estão sendo enxergados, e que seu contexto também é importante para o seu processo de ensino e aprendizagem, despertando um maior interesse em participar das propostas.

A problemática da evasão escolar é um dos fatores que vem assolando esse modelo de ensino e também é um desafio para o gestor e professores da instituição. O gestor traz que a pandemia fez esse número aumentar, e que anualmente tem um quantitativo de alunos que precisam estar matriculados na EJA. O professor 1 também expõe que os docentes, durante a

realização de suas práticas, tentam propor atividades que não tenham apenas a finalidade avaliativa: “O que diz respeito à evasão escolar e trabalho do professor, a gente tenta a todo momento fazer atividades dentro do ambiente escolar que não sejam especificamente avaliativas, não somente o uso do ambiente de sala de aula”. Ele ainda menciona que a instituição seleciona um jovem da comunidade, que passa a receber uma bolsa (do Programa Escola Aberta) desviando a verba, e por meio do feedback dos professores faz o acompanhamento dos alunos evadidos e ou faltantes, entrando em contato com as famílias, buscando fazer o retorno desse discente, tentando compreender o motivo do afastamento desse aluno.

O fenômeno da evasão é muito mais complexo e envolve muito mais pontos do que a simples vontade do sujeito em permanecer ou não no ambiente escolar e “concluir” o processo da educação formal. Muitas são as variáveis que cooperam para esse abandono e para os alarmantes números de alunos evadidos. São problemas de ordem social e econômica, suscitados pela incompatibilidade da vida adulta e da rotina escolar. Essa dupla jornada acaba por constituir para muitos estudantes como duas realidades impossíveis de coexistirem.

A evasão escolar é uma problemática que ocorre em alto índice tirando da escola milhares de alunos tendo consequências não apenas para o aluno que se afasta da escola, como também para a instituição, haja vista que a instituição de ensino busca metas sendo como uma das principais manter o aluno na escola. Causa também problemas para a sociedade na totalidade, considerando que esse aluno que se evade da escola vai acabar tendo um despreparo para o mercado profissional e; assim, acabará por ter dificuldades para ser firmado no mercado de trabalho, ocasionando maiores dificuldades na vida do indivíduo e problemas para a sociedade. (Costa et al. p. 2, 2020).

A criança e/ou adolescente que teve o seu direito à educação negado, torna-se, mais tarde, o jovem ou adulto socialmente marginalizado. A maioria desses sujeitos não encontram oportunidades no mercado de trabalho formal, não têm acesso aos bons cargos, ou sequer aos cargos dignos. Grande parte desse público enfrenta a dura realidade do desemprego e das oportunidades negadas. É um processo violento e cíclico de negação dos direitos.

Podemos refletir também quanto a quase nula possibilidade de ascender socialmente. Como, um estudante da EJA, inserido nesse duro contexto, pode encontrar tempo de qualidade para dedicar-se ao estudo? Muitas vezes chegam na sala de aula cansados e esgotados, ou sequer chegam. Para agravamento dessa situação, e reforçando o ponto de vista do gestor e professor entrevistados, não existem políticas que garantam o apoio a esses jovens e adultos nessa retomada aos estudos, não há rede de apoio, na maioria dos casos, e dessa forma não ocorre possibilidade de permanência, tornando a evasão nas turmas de EJA algo

cada vez mais comum. São preocupações que suscitam questões alarmantes no cenário educacional brasileiro, uma vez que entendemos e percebemos a EJA como instrumento político que ela é, a qual vem contribuindo na transformação da realidade de muitos sujeitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tratou dos desafios que a gestão escolar vem enfrentando para garantir a Educação de Jovens e Adultos de qualidade. Nesse sentido, constatamos a partir das visitas realizadas na escola estadual analisada, a falta de investimento nessa modalidade de ensino por parte de órgãos públicos, que ainda é o principal motivo para as dificuldades verificadas, principalmente ao que se refere à realização de projetos com os discentes.

Além disso, foram identificadas outras dificuldades relatadas pela equipe gestora e professores durante a coleta de dados. Alguns pontos mencionados foram o fato de lidar com a falta de motivação dos alunos, e também a problemática da evasão escolar, ocasionada especialmente pela falta de incentivo e acompanhamento junto aos estudantes, para que eles consigam sanar suas dificuldades e concluir a educação básica. Esses pontos nos remetem a relevância de tratar com as dificuldades individuais de cada aluno, cabendo à escola a criação de estratégias e mecanismos para acompanhar esses sujeitos em seu processo de ensino e aprendizagem, fornecendo instrumentos para que eles consigam superar as limitações e avançar em seu processo de escolarização.

Assim, verificamos que apesar das atividades executadas pelos gestores e educadores que trabalham constantemente com as práticas que favorecem o ensino na EJA, torna-se ainda necessário um maior empenho na promoção de práticas que possibilitem a interação deles com o processo de construção do conhecimento.

Destacamos que a escola tem papel fundamental na formação do professor reflexivo, e tal propósito nos impele a reconhecer o caráter estratégico de uma gestão democrática para o exercício desta função política e social. No âmbito da escola propriamente dita, passa-se de uma concepção de administração do cotidiano das relações de ensino e aprendizagem para a noção de um todo mais amplo, multifacetado, relacionado não apenas a uma comunidade interna, constituída por professores, alunos e funcionários como também a comunidade externa, composta pela sociedade civil organizada, pais, instituições sociais, culturais e educacionais. Nessa perspectiva, a escola representa, a um só tempo, “o espaço de democratização, de educação individual” e de “transmissão de valores coletivos e da consciência social.

Nesse sentido, verificamos durante a coleta de dados o esforço da equipe gestora para tentar fazer uma gestão mais democrática e participativa, porém ainda falta muito a ser desenvolvido, principalmente com relação à participação e motivação dos alunos nas ações planejadas pelos professores e pela equipe gestora.

Para tanto, são necessários: o exercício do direito docente à formação continuada em serviço, à formação permanente; o intercâmbio de experiências entre professores; a garantia, no cotidiano de trabalho dos professores, de estudo, de planejamento e da interação entre estes e os discentes; e a socialização de todos os sujeitos que participam do cotidiano escolar.

Desse modo, poderão ser instituídas práticas pedagógicas dialógicas que realmente consigam motivar os alunos melhorando seu processo de aquisição de conhecimentos e diminuindo a evasão na instituição. Portanto é necessário o empenho, a dedicação e o acompanhamento dos gestores e educadores aos discentes, entendendo que a modalidade da EJA pode transformar o sonho da inclusão social e cidadania, em realidade.

6. REFERÊNCIAS

AIRES, Carmenisia Jacobina. **Módulo VI: Planejamento e gestão escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

ANDRÉ, Marli. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação**. Revista da FAAEBA: Educação e Contemporaneidade, p. 95-103, 2013.

BRANDÃO, C. F. **LDB passo a passo: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**, Lei nº 9.394/96 comentada e interpretada, artigo por artigo. 3. ed. São Paulo: Avercamp, 2007.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 15 de out. 2023.

BRASIL. **Presidência da República**. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 de out. de 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Vademecum acadêmico de direito. 10. ed. São Paulo: Rideel, 2012;

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, 2005.

BRASIL. **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: Alunos e Alunas da EJA:** Caderno 1. Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno1.pdf. Acesso em 28/08/15.

COSTA, Ana Caroline Pinto et al. **Metodologias ativas e a evasão escolar na EJA:** Uma revisão de literatura. Revista Portuguesa de Gestão Contemporânea, v. 1, n. 01, p. 01-21, 2020.

FERRARI, Greicimara Vogt. **A importância do coletivo na construção do projeto político pedagógico da instituição escolar.** Perspectiva, Erechim, v. 35, n. 132, p. 159-170, 2011.

FIALHO, Edevaldo Albuquerque; REIS, Ailton Gonçalves. **Gestão Educacional na educação de jovens e adultos.** Manaus: UNED/CEFET-AM, 2007.

FREIRE, P. **Leitura do Mundo, Leitura da Palavra.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FREITAS, Gisele Marcia de Oliveira et al. **A Prática da Gestão da Educação de Jovens e Adultos no Serviço Social da Indústria no Estado da Bahia.** Educação em Revista, v. 34, 2018.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOCHI, M. S. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCK, Heloisa. **Gestão educacional: estratégia, ação global e coletiva no ensino.** In: FINGER, A. et al. Educação: caminhos e perspectivas. Curitiba: Champagnat, 1996, p.37.

OLIVEIRA, C. **Democratização da educação:** acesso e permanência do aluno e gestão democrática. In: RESCIA, A. P. O. et al. (Orgs.). Dez anos de LDB: contribuições para a discussão das políticas públicas em educação no Brasil. 1. ed. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007. p.93- 103.

PERNAMBUCO. **Orientação para Operacionalização das Matrizes Curriculares Implantadas em 2011 nas Escolas da Rede Estadual de Ensino.** Orienta os procedimentos de implementação das matrizes curriculares em 2011. Secretaria Estadual de Educação/SEDE/G Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Seção Poder Executivo, Recife.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola de Referência em Ensino Fundamental e Médio Professora Azinete Ramos Carneiro. Abreu e Lima, 2023. SOBRENOME, Thomas Jamesson Melquiades de Andrade. Dados sobre o Projeto Político Pedagógico da Escola de Referência em Ensino Fundamental e Médio Professora Azinete Ramos Carneiro.

RESENDE, F.M. **Uma Análise reflexiva sobre as formas de provimento do cargo de gestor escolar: as possibilidades da eleição.** In: 25º Simpósio Brasileiro de Política e Administração, 2011.

ROMÃO, J. E.; Gadotti, M. **Educação de adultos:** cenários, perspectivas e formação de educadores. Brasília: Liber/Instituto Paulo Freire, 2007.

ROSÁRIO, Maria José Aviz do; MELO, Clarice Nascimento de. **A educação jesuítica no Brasil colônia.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 61, p. 379-389, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640534>. Acesso em: 10 jun. de 2023.

SANTOS, Christiane Soní Costa da Cunha. **Gestão da escola pública:** desafio para a consolidação de uma educação democrática e participativa. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação. Três Rios, RJ: Fac Redentor, 2011.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica.** Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-44, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática:** novos marcos para a educação de qualidade. Retratos da Escola, v. 3, n. 4, 2009.

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil:** revendo alguns marcos históricos. Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), 2001.

VIEIRA, S. L. **Educação e gestão:** extraindo significados da base legal. In: MEDEIROS, I. L. P.; LUCE, M. B. (Orgs.). Gestão escolar democrática: concepções e vivências. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.27-42.

VILLELA, Fábio Camargo Bandeira; GUIMARÃES, Ana Archangelo. **Sobre o diagnóstico.**

ZABALA, A. A. **Prática Educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000, p. 14-15.